



Uma cimeira europeia para aproximar e não para decidir

PRIMEIRA LINHA 4 e 5 e EDITORIAL



António Pedro Santos

Área: 1313cm² / 46%

Tiragem: 16 981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6613845



Uma cimeira para aproximar e não para decidir

Os líderes europeus reúnem-se esta quinta-feira para definir o plano com que a UE vai responder ao choque económico, mas a decisão não deverá chegar antes de junho. A cimeira servirá ainda para aprovar um pacote de meio bilião acordado a ferros no Eurogrupo.

DAVID SANTIAGO

dsantiago@negocios.pt

Os líderes da União Europeia voltam a tentar encontrar o mínimo denominador comum com vista a uma solução conjunta de resposta à crise da covid-19. Ainda que visto como decisivo, deste Conselho Europeu, outra vez por videoconferência, não sairá uma decisão definitiva, devendo, contudo, ficar a conhecer-se os alicerces em que assentará a retoma comunitária.

Foi isso que disse o ministro dos Negócios Estrangeiros, Santos Silva, na terça-feira, ao precisar que o objetivo principal deste Conselho informal é “validar” o pacote de 540 mil milhões de euros aprovado pelos ministros das Finanças da UE para proteger Estados-membros, empresas e empregos. A resposta comum “espera-se alguns no verão ou no fim da primavera”, acrescentou. Não é de esperar, portanto, uma decisão final antes da cimeira de 18 e 19 de junho.

Desde a cimeira de há um mês

em que se extremaram posições, com o primeiro-ministro António Costa a subir o tom contra a inflexibilidade holandesa, as propostas em discussão evoluíram, entre outras razões devido aos estrangulamentos legais da UE.

“Há um princípio de rigidez respaldado nos tratados porque foi a Alemanha que ditou as regras nos tratados que criaram a união económica e monetária”, explica, ao Negócios, António Goucha Soares, professor catedrático do ISEG.

A esse propósito, a chanceler alemã, Angela Merkel, defendeu esta semana ser precisa uma resposta célere, contrapondo que as chamadas eurobonds não são viáveis porque levariam anos até que fossem aprovadas as necessárias alterações aos tratados.

Parece, assim, certo que a mutualização da dívida via emissão de obrigações europeias – proposta por nove países entre os quais Portugal, França, Espanha e Itália – ficou pelo caminho. Assim como o fundo temporário proposto por França que mutualizava apenas dívida (5 a 10 anos) para

financiar a reação a esta crise.

Comissão desbloqueia

Em sentido inverso, perfila-se uma alternativa que vem ganhando cada vez mais apoios, inclusive do Governo português. Trata-se da solução preconizada pela Comissão Europeia e que decorre da evolução na posição da própria líder da instituição. Ursula von der Leyen defende agora um fundo de recuperação económica executado no âmbito do orçamento de longo prazo da UE.

As vantagens desta via passam pela maior celeridade para ser posta em prática e pela possibilidade de ajudar a desbloquear o impasse persistente na negociação do próximo quadro financeiro plurianual (QFP, 2021-27). A dar mais força a este princípio, Espanha propõe um fundo de retoma de 1,5 biliões de euros também assente no orçamento comunitário.

Como financiar?

Mais problemático é decidir o modelo de financiamento. Se Espanha aposta na emissão de dívida perpétua, o que isenta os paí-



ses de condicionalismos e significa auxílios a fundo perdido, a Comissão admite colocar dívida para financiar o instrumento de relançamento económico, porém mediante garantias dos Estados-membros – seria dívida europeia, mas sem mutualização.

A ideia do órgão executivo da UE tem pernas para andar pois, como salienta Goucha Soares, especialista em direito europeu, tem a mesma base jurídica do programa SURE (rede de segurança de 100 mil milhões para subsidiar salários e assente em garantias dos países).

O ministro Santos Silva já sinalizou concordar com a ideia da Comissão de enquadrar o mecanismo de retoma no orçamento e de este ser financiado por dívida emitida pela Comissão.

Também complexo será acordar o método de distribuição do montante que vier a ser decidido pelos Estados-mem-

bro – Mário Centeno fala em “12 zeros”, o que estabelece como patamar mínimo 1 bilião de euros.

A alocação pode ser feita através de transferências diretas do orçamento para os países, com empréstimos concedidos com garantias dos Estados-membros ou conjugando estas duas modalidades. Lisboa privilegia transferências diretas para evitar o agravamento da dívida pública.

Problema existencial

“A Europa é o grande perdedor desta crise. E a UE tem um problema existencial, não consegue encontrar um equilíbrio entre número de vítimas, países afetados e capacidade de reagir”, resume Goucha Soares.

Como se mantém intransponível o muro que separa os países que defendem uma atitude mais restritiva e aqueles que pedem uma ação mais solidária,

este professor sustenta que será preciso “uma solução a meio caminho” entre o que pretende Alemanha e Holanda e aquilo que querem França e Espanha.

Isto sem esquecer Itália, já que Giuseppe Conte, primeiro-ministro transalpino, “não pode sair com uma solução que seja vista como rendição” numa altura em que o reforço do euroceticismo adensa o risco de a Liga de Matteo Salvini chegar ao poder. “Se Itália for empurrada para fora do euro, é o euro que vai acabar”, avisa Goucha Soares. ■

Portugal defende transferências diretas para evitar aumento da dívida.

5

ROSTOS QUE VÃO MARCAR O CONSELHO EUROPEU

A partir das 15h, os líderes dos países da União Europeia vão juntar-se em teleconferência para debater a resposta conjunta da Europa à crise. Entre os 27 líderes, cinco lideram posições de força e deverão destacar-se na discussão.



GIUSEPPE CONTE
Primeiro-ministro italiano

Liderando um país que é simultaneamente um dos mais fustigados pela epidemia e um dos mais endividados (acima de 130% do PIB), Giuseppe Conte continua a defender a emissão de “coronabonds”, mas após rejeitar aceder à linha de crédito cauteloso do fundo de resgate do euro (MEE), agora já admite fazê-lo se, de facto, não houver condicionalismos associados. Acusado de rendição a Berlim pela oposição (em especial a Liga, que lidera as sondagens com larga margem), Conte lidera uma coligação dividida: o 5 Estrelas é contra o recurso ao MEE e o PD favorável.



PEDRO SÁNCHEZ
Presidente do governo espanhol

O líder do Governo espanhol vai propor a criação de um fundo de retoma de 1,5 biliões de euros enquadrado no orçamento comunitário, financiado pela emissão de dívida perpétua e a distribuir em função dos danos causados pela pandemia aos diferentes Estados-membros. Esta solução faz a ponte entre a mutualização da dívida que Madrid, junto a Lisboa, Paris e Roma, começou por propor e a oposição de Holanda e Alemanha à emissão de títulos conjuntos.



EMMANUEL MACRON
Presidente francês

Já depois de pedir a mutualização das dívidas, Paris sugeriu um fundo de 420 mil milhões de euros (a 5 ou 10 anos) financiado pela emissão de dívida comum exclusivamente para reagir à crise da covid-19, embora recusando que tal instrumento fosse integrado no âmbito do orçamento da UE. Já esta quarta-feira, um conselheiro do Presidente Macron revelou que França apoia o princípio definido pela proposta espanhola, mas sugere como modelo de financiamento a emissão de obrigações (maturidades longas) conjugada com transferências para os países.

**ANGELA MERKEL**
Chanceler alemã

Após ter sido decisiva para inviabilizar os “coronabonds”, defendendo que os instrumentos existentes bastavam para responder à crise, a chanceler alemã tem vindo a evoluir. Merkel admite agora um princípio mais solidário com base num fundo de retoma dentro do próximo quadro financeiro plurianual, o qual seria financiado pela colocação de dívida pela Comissão Europeia, o que não obriga a alterações aos tratados e consequentes aprovações pelos parlamentos nacionais.

**MARK RUTTE**
Primeiro-ministro holandês

O primeiro-ministro holandês liderou o bloco (com Alemanha, Áustria e Finlândia) que travou avanços na discussão sobre a emissão de obrigações de dívida (“eurobonds”), tendo o seu ministro das Finanças exigido que o acordo no Eurogrupo para acesso ao MEE sirva apenas para financiar despesas “diretas ou indiretas” com o setor da saúde. Com a Alemanha a aproximar-se da solução solidária pedida a sul, Rutte perde margem de influência.